

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.605.949 - RS (2019/0315651-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
AGRAVANTE : **ROBERTO CARLOS MARTINEZ AMARAL**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

DECISÃO

Agrava-se de decisão que não admitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

O Vice-Presidente do Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial pelo óbice do Enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Contraminuta à e-STJ fls. 133/141.

Manifestação do Ministério Público Federal pelo não conhecimento ou pelo desprovimento do recurso às e-STJ fls. 158/160.

É o relatório. **Decido.**

Não merece conhecimento o agravo.

A decisão agravada não admitiu o recurso especial pelo óbice do Enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Contudo, o agravante, nas razões do presente inconformismo, não impugnou o referido fundamento, apenas argumentou que "a existência de precedentes não conduz necessariamente à existência de consolidação de entendimento jurisprudencial." (e-STJ fl. 113)

Vale destacar que, nos casos em que o recurso especial não é admitido com fundamento no enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, a impugnação deve indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão combatida (AgRg nos Edcl no Aresp n. 1.096.124/SP) demonstrando-se que outro é o entendimento

jurisprudencial desta Corte (*ut*, AgInt no AREsp n. 1.566.560/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 19/2/2020)

Nesse contexto, aplica-se, por analogia, o disposto no enunciado n. 182 da Súmula do STJ. Nessa linha:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. HABEAS CORPUS CONCEDIDO DE OFÍCIO.

1. A ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão de admissibilidade impede o conhecimento do respectivo agravo, nos termos do que dispõe a Súmula 182/STJ.

[...]

3. Agravo regimental a que se nega provimento. Concedido habeas corpus, de ofício, para declarar a prescrição da pretensão executória do agravante quanto ao crime do art. 90 da Lei n. 8.666/1993. (AgRg no Ag 1378279/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, DJe 27/03/2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator